



Jornal FNE Edição 65 – Out/07

Rumos para o País

Nesta edição, Engenheiro traz algumas fundamentais discussões quanto aos rumos do País. Em matéria de capa, o debate sobre a necessidade ou não de se realizar uma nova reforma na Previdência Social. Um fórum nacional debate o tema com a obrigação de propor mudanças que não afetem os trabalhadores que já contribuem. Além do fato de essa condição correr o risco de não ser atendida, especialistas questionam a real necessidade de se mexer nas regras para a aposentadoria. O alegado déficit, afirmam esses, não existe e, apuradas as contas corretamente, sobram hoje R\$ 46 bilhões nos cofres públicos.

Outra versão comum na imprensa e debates em geral, a de que o Estado está inchado, é posta por terra pelo presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcio Pochmann. Para ele, a máquina pública carece de eficiência e faltam servidores, demitidos aos milhões nos anos 90. Esse aprimoramento, afirma, é necessário para garantir a gestão do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Em entrevista, o empresário Sérgio Amoroso, que assumiu o falido projeto Jari com uma proposta de sustentabilidade ambiental e social para a região amazônica, defende mudanças que reduzam as desigualdades entre ricos e pobres. Em C&T, uma saída tecnológica para gerar energia e reduzir resíduos: um reator a plasma. E mais, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Um acidente envolvendo dois trens, próximo à estação de Austin, em Nova Iguaçu, deixou oito mortos e 101 feridos. O choque aconteceu no dia 30 de agosto, por volta das 16 horas, e o relatório técnico divulgado pela SuperVia responsabiliza o maquinista Norival Ribeiro do Nascimento e o controlador de tráfego Edson Assunção.

Diante de tal conclusão, a Aenfer (Associação dos Engenheiros Ferroviários) faz os seguintes questionamentos:

- Cadê o ATC (Automatic Train Control), que, uma vez instalado, não permitiria avanços de sinal, excessos de velocidade, minimizando ao máximo a contribuição da falha humana?
- Cadê o sistema dois por um que, com dois sinais vermelhos, faria com que o avanço do primeiro colocasse a composição em uma locação vazia, portanto sem risco de acidentes?
- Cadê a fiscalização que permitiu manobras de treinamento com recuo de composição em estação de alta intensidade de fluxo de tráfego em horário de pico vespertino?

Demissões

Ainda em meio ao choque do trágico acidente, o Jornal Extra, de 19 de setembro de 2007, publicou matéria alertando para demissões que o Governo do Estado do Rio de Janeiro pretende fazer. Referiu-se à Central do Brasil e à Riotrilhos como “empresas públicas privatizadas” que sofreriam cortes no quadro de pessoal “celetista”.

Ora, a Central, que estranhamente teve a sua logomarca cortada dos documentos oficiais, foi criada para ser o braço técnico do Estado na área de transportes. Seus técnicos e funcionários, oriundos da administração federal, são preparados, disciplinados, qualificados e altamente produtivos. Prova disso é o sucesso que os empregados cedidos a outros órgãos vêm fazendo nas mais diversas funções.

Cabe questionar tanto a forma quanto o conteúdo do processo de demissões. O povo não suportaria uma reedição da década de 90, quando as dispensas não tiveram o menor critério, levando muitos ao suicídio. O erário público também não pode sofrer com as indenizações vultosas resultantes das inevitáveis demandas judiciais de reintegração. Nossos profissionais foram ao Japão especificar os trens japoneses, fizeram o mesmo com outros que circulam nas nossas malhas. Mais recentemente foram à Coreia trabalhar com trens de última geração. Estão neste momento debruçados sobre o projeto dos novos trens do Metrô Rio. Por que? Porque são os únicos qualificados para tal.

Diante desse quadro, surge a necessidade urgente de um amplo debate sobre o assunto, mais uma vez respondendo a diversas perguntas:

- Por que o nome da Central, que marcou a nossa ferrovia em nível nacional e faz parte do imaginário brasileiro, presente em filmes e cantado em prosa e verso, foi retirado sem explicações?
- Por que demitir?
- Quem demitir?

A solução não está na demissão, mas na otimização dos recursos humanos e em um projeto integrado de transporte para o Estado.

Clarice Maria de Aquino Soraggi é diretora Regional Sudeste da FNE e presidente da Aenfer

CRESCER BRASIL I

Prevendo a alocação de recursos da ordem de R\$ 3,5 trilhões, o PPA 2008-2011 (Plano Plurianual) divulgado ao final de agosto tem como pilares fundamentais três iniciativas do Governo previamente definidas: o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), para investimentos em infra-estrutura, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) e a Agenda Social – cuja ênfase é às transferências de renda com condicionalidades.

Assim, reúne carteira de 306 programas. Ao todo, esses incluem 5.081 ações, grande parte com dotação orçamentária – 4.705. A maioria encontra-se vinculada aos seguintes objetivos elencados no texto: promover o crescimento econômico com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda; implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do território nacional; fortalecer a democracia e a cidadania; reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais; e fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

Para Eliana Magalhães Graça, assessora de política fiscal e orçamentária do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), a decisão do governo de “planejamento circunstanciado no crescimento baseado em infra-estrutura é bastante interessante”. Porém, continua, “já vemos gargalos no PAC, que, se não forem superados, podem repercutir em certa frustração”. A referência é à gestão do programa em questão, anunciado em 22 de janeiro e que prevê investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões em setores essenciais, como energia, logística e transportes, habitação e saneamento. “Houve certa destruição da máquina do Estado na era FHC. O Governo está tentando recuperá-la, mas dá sinais de não-adequação para implementar um programa como esse.” Além disso, na concepção de Magalhães, há desafios no PAC que precisam ser contornados, como a minimização de impactos socioambientais, sob o risco de a retomada do papel do Estado como planejador se tornar inócua. “Se o programa acontecer, superando todos esses problemas, pode dar uma aliviada por exemplo em setores de

transporte e energia. Se o País se desenvolver como previsto, são coisas necessárias de serem feitas.” Wilson Cano, professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), alerta, contudo, para atrasos identificados na realização dos empreendimentos previstos no PAC, que podem comprometer, por extensão, o desempenho do PPA no que concerne a inversões em infra-estrutura.

Questionamentos

Na ótica de Clélio Campolina Diniz, professor titular do Departamento de Economia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), mais do que se estruturar no PAC, o Plano Plurianual deveria apresentar um projeto de nação. “Deveria ser guiado pelo objetivo de construir coesão econômica e social para o crescimento sustentável com justiça social.” A idéia vai ao encontro do que defende o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela FNE, o qual reúne as contribuições da categoria para tanto.

Conforme a assessora do Inesc, questão que não está no PPA, mas é condicionante a sua realização, é como vai se dar a política fiscal e monetária no período. “A mensagem presidencial fala na redução da relação dívida-PIB a 40%, mas não coloca como vai ser esse processo. Também prevê queda na taxa de juros, mas não mudanças na política macroeconômica.” Conseqüentemente, a diminuição da pobreza e desigualdade pode ficar aquém do esperado, diz. Outro ponto que não está claro no Plano Plurianual, segundo Magalhães, é com relação à territorialidade e como essa se desdobra na execução dos programas. Além disso, ela considera insuficientes as propostas para superar questões sociais importantes, como o racismo e a discriminação contra a mulher e os idosos.

Programa avança, mas ainda tem atrasos

Conforme aponta o segundo balanço sobre o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), divulgado em 20 de setembro último, esse evoluiu nos últimos quatro meses, de modo geral. Isso não obstante enfrente atrasos. Coordenador dos trabalhos técnicos do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, o consultor Carlos Monte reconhece que ainda há problemas que precisam ser superados, como quanto à gestão do PAC, mas está otimista. Na sua avaliação, a tendência é o programa “deslanchar e ganhar velocidade”.

O balanço divulgado recentemente dá mostras disso. A previsão de gastos para 2007 saltou de R\$ 9.573,6 bilhões para R\$ 14.771 bilhões. No primeiro balanço, haviam sido efetivamente pagos apenas R\$ 24,2 milhões, o que correspondia a 0,2% do volume disponível. Nesse último, foram R\$ 1.374 bilhão, o que equivale, todavia, a somente 9,3% do total atualizado. Por outro lado, os recursos empenhados são bastante superiores – tiveram salto, entre maio e 18 de setembro, de 249%. No ano, atingem R\$ 6.079,5 bilhões, 45% do orçamento previsto para o período.

Cresceu também a quantidade de ações monitoradas pelo programa, com o desmembramento de algumas delas. Assim, de 1.646 passaram a ser 2.014. “Em 31 de agosto, 60% dessas estavam no estágio de obra, enquanto 40% se encontravam na fase de projeto, licenciamento ou licitação”, conclui seu comitê gestor no segundo balanço.

CRESCER BRASIL II

Apesar de sinalizar avanços em seu segundo balanço, divulgado em 20 de setembro, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) ainda enfrenta problemas de gestão, que, se não forem superados, podem afetar seu desempenho. É o que aponta o economista Marcio Pochmann, recém-empossado presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). “Temos problemas de coordenação, em primeiro lugar, o que significa que o conjunto das políticas estejam voltadas para o crescimento. Então, em alguns momentos, há uma desconexão entre as decisões do Banco Central, dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. É preciso que haja convergência nesse sentido. E a questão da gestão é justamente a capacidade de o Estado implementar um conjunto tão grande de operações (o programa abrange 2.014, conforme os dados atualizados) e monitorá-las.” Na sua análise, isso está diretamente relacionado à quantidade e qualidade dos funcionários públicos. “Significa ter pessoas capazes de conduzir um processo de licitação. No caso de uma obra, ter engenheiros”, ilustra.

A carência que se observa hoje deve-se ao sucateamento da máquina pública predominante nos últimos 25 anos, ainda conforme Pochmann. “Tivemos uma reformulação do papel do Estado, antes comprometido com o crescimento econômico. A justificativa nos anos 90 é que esse deveria se ater à área social, porque não seria sua responsabilidade e eficiência lidar com atividades produtivas.” Conseqüentemente, constata ele, no período, o Brasil perdeu 2,5 milhões de funcionários públicos. “Quinhentos mil em decorrência da privatização das empresas estatais e 2 milhões na administração pública, por força inclusive da terceirização no interior do aparelho do Estado.”

Raquitismo

O resultado é que atualmente a quantidade de servidores é muito reduzida, enfatiza o presidente do Ipea. “Apenas em torno de 8% da população brasileira ocupada é considerada funcionária pública, em 1980 eram 12%. Nos Estados Unidos, por exemplo, são quase 17%, nos países europeus, 25% e nos escandinavos, praticamente 40%. Ter um Estado adequado a atender as carências da população requer gente preparada para poder conduzi-lo.” Portanto, seria fundamental a uma nação que ambiciona se desenvolver reduzir essa distância. Ele exemplifica: “Temos no ensino médio nacional apenas 40% dos jovens matriculados na faixa

etária de 15 a 17 anos de idade. Para o País aproximar-se da situação do Chile, que tem quase 90%, precisaríamos incorporar cerca de 5 milhões de jovens. Não temos escolas nem professores para atender essa quantidade. Para tanto, seria necessário construir alguma coisa como 50 mil salas de aula, contratar 500 mil professores, o que requer capacidade de planejamento e decisão. A inclusão social exige pessoas, médicos, enfermeiros, professores, engenheiros.” Pochmann alfineta: “Aos ricos no Brasil o Estado talvez até seja grande demais. Agora, para o conjunto da população, ainda é raquítico. Faltam escolas, hospitais, estrutura, transporte coletivo de boa qualidade. Parte do discurso aqui é muito ideologizada pela situação de classe existente.”

Conforme ele, o momento é singular, com enormes ganhos de renda e produtividade – e as condições de se dar um salto estão colocadas. Mas é imprescindível, para tanto, ter um Estado preparado. “Voltou à agenda a questão do crescimento, praticamente desconsiderada, porque desde a instituição do Plano Real, em 1994, a preocupação fundamental era com a estabilidade monetária. E a partir dos anos 2000, 2003, tivemos uma constatação de que o Brasil vinha distanciando-se do ritmo de expansão de outros países. Em função disso, o debate em torno do crescimento ganhou dimensão, especialmente a partir do ano passado, em torno das eleições. Por conta disso, o Governo terminou lançando o PAC. Agora, precisamos avançar mais do que apenas obter crescimento econômico, devemos considerar o conjunto dos seus beneficiários. E esse sempre foi o nosso desafio.” Para fazer frente a ele, o presidente do Ipea considera como condição necessária ter funcionários qualificados. E conclui: “Não há experiência histórica até o momento de país que tenha tido uma expansão vigorosa em reduzir desigualdades sem o papel do Estado.”

A missão do Ipea

Nesse contexto, os planos de Pochmann são fortalecer e orientar o Ipea para a missão de pensar o Brasil no médio e longo prazo. Assim, a principal preocupação é “garantir sua autonomia e a pluralidade da produção científica”. Refletir sobre o País que se deseja construir, na sua concepção, passa pelo exercício do planejamento, o que “pode ser feito através da gestão pública do conhecimento”. Todavia, é preciso enfrentar a falta de matricialidade desse conhecimento, diz ele, “para que o Ipea possa, então, oferecer elementos, análises, proposições a que os que tomam decisões tenham um melhor entendimento da realidade, já que as políticas públicas são parte fundamental do processo de transformação nacional”.

SINDICAL

Mexer mais uma vez na Previdência não é oportuno nem necessário do ponto de vista financeiro. É o que afirma Roberto Piscitelli, professor da área de finanças públicas da UnB (Universidade de Brasília). Para justificar a necessidade de mudanças no regime, tem sido corrente o uso da retórica de que suas contas são deficitárias. O cálculo que aponta para essa conclusão, contudo, como constata Piscitelli, tem separado a Previdência de saúde e assistência, considerando tão-somente a contribuição sobre a folha, que é apenas uma das receitas para sustentação do sistema público. Desmembrando a seguridade social, na sua concepção, difunde-se a idéia de déficit, que “serve como pano de fundo para retirar mais essa atribuição do Estado e favorecer a expansão e surgimento dos fundos de pensão, área dominada pelo capital privado e sistema financeiro transnacional. E com isso transferir um potencial de 187 milhões de pessoas para a Previdência complementar”. Ele é enfático: “Se consultarmos os últimos relatórios do próprio Tribunal de Contas veremos que a seguridade é amplamente superavitária, quando se computam todas as fontes de financiamento.” Agregando-as, Floriano José Martins, diretor-presidente da Fundação Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), estima que esse superávit seja de R\$ 46 bilhões.

Parcela da receita da Previdência – de 20% –, todavia, tem sido desviada com o instrumento da DRU (Desvinculação de Recursos da União) para geração de superávit primário e pagamento de juros, diz Piscitelli. Além disso, a sonegação é elevada. “Há especulações de que poderia chegar a 50%.” E as formas de desoneração de empresas, que fazem com que não precisem contribuir ao sistema, são exageradas. “Algumas dezenas de bilhões entrariam na conta da Previdência se fossem eliminadas as renúncias fiscais e computados os valores da DRU. Com isso, já teríamos superávit ainda que contando só com a contribuição sobre a folha”, vaticina o professor da UnB.

Reforma em pauta

A possibilidade de nova mudança nas regras da aposentadoria vem sendo debatida no Fórum Nacional de Previdência Social – o qual reúne representantes dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, empresários e Governo. Parte integrante do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), foi criado por decreto em 22 de janeiro último, com o objetivo de aperfeiçoar e garantir sustentabilidade ao regime. Segundo a Agência Câmara, o secretário nacional de Previdência Social, Helmut Schwarzer, informou que os resultados das discussões que vêm ocorrendo devem ser entregues à Presidência da República até o final deste mês de outubro e conter a recomendação de que “as mudanças não atinjam as pessoas que já estão no serviço público nem os demais trabalhadores em atividade”. Para ele, seria necessário um novo modelo para minimizar os impactos financeiros negativos, sobretudo a partir de 2030.

Antônio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), questiona, contudo, que no caso das pensões essa é uma equação complicada de resolver. “O redutor provavelmente se aplicará aos atuais beneficiários.” Outro ponto diz respeito ao fim da aposentadoria proporcional aos trabalhadores abrangidos pelo INSS, com a instituição de idade mínima para a concessão do benefício, a exemplo das regras vigentes para o servidor público. Diante desses impasses, ele acredita que seria muito difícil que nova reforma não afetasse os atuais participantes do sistema. E mesmo pensando-se um modelo para o futuro, o direito adquirido e a expectativa dos atuais segurados teriam que ser preservados.

Inclusão prioritária

Assunta Di Dea Bergamasco, presidente da Anfip, atesta, portanto, que em vez de se ocupar de nova reforma, o Governo deveria buscar alternativas para a inclusão previdenciária de “mais de 50% dos brasileiros à margem do sistema, que atuam na informalidade”. Afinal, “a Previdência vai bem quando a economia vai bem”. Dados divulgados em 21 de setembro pela Folha Online comprovam: o ingresso de trabalhadores no mercado com carteira assinada, em agosto, culminou com aumento substancial na arrecadação do sistema, de 11,2% em relação a igual período de 2006.

Conforme o diretor-presidente da Fundação Anfip, que tem assessorado os representantes dos trabalhadores no fórum, esse é um dos temas em que já há consenso nesse espaço, o que é um avanço. Por outro lado, temas espinhosos continuam sem solução. Bergamasco salienta que alguns são inegociáveis, como a redução das pensões e o aumento da idade para se aposentar. Se isso ocorrer, avalia ela, vai penalizar o trabalhador de baixa renda, que começa mais cedo no mercado. “O pobre vai custear o benefício de pessoas de melhor poder aquisitivo, as quais ingressam na atividade produtiva depois da faculdade, aos 23, 24 anos. O mecanismo da idade é perverso também porque ignora as desigualdades regionais. Nos locais mais carentes, a expectativa de vida é menor e isso tem que ser levado em conta.”

Para o senador Paulo Paim(PT/RS), os debates no fórum deveriam se centrar em aprimorar o regime público, o que incluiria buscar a recuperação do valor dos benefícios previdenciários. Melhorar o sistema tem toda a lógica, uma vez que esse cumpre papel fundamental na distribuição de renda e diminuição da pobreza, como mostra estudo publicado em setembro pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Segundo a análise, fundamentada nos dados da última Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na primeira quinzena do mesmo mês, o número de miseráveis caiu 44,1% devido ao pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais.

SINDICAL II

MA

Apoio às reivindicações dos fiscais da Aged

Estava marcada para 2 de outubro assembleia geral extraordinária dos fiscais da Aged-MA (Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão), vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, para avaliação das propostas apresentadas pelo Governo do Estado. No dia 4 de setembro, o secretário-chefe da Casa Civil, Aderson Lago, recebeu as reivindicações aprovadas em assembleia no dia 28 de agosto. Foi nessa ocasião que o representante do Governo, José Orlando, tomou conhecimento da pauta dos trabalhadores, apresentada pelo presidente do Sindicato de Fiscais da Aged, Hamilton Cruz. Com o intuito de acompanhar as negociações e apoiar a categoria, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge-MA, marcou presença nessa assembleia. Na sua opinião, foi uma oportunidade para encorajá-los a brigar por seus direitos e dar respaldo à mobilização dos servidores da Aged. “É com a força de todos que conseguimos alcançar nossos objetivos e ter nossos direitos respeitados.”

Na ocasião, entrou em pauta também o PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) do funcionalismo público estadual, que será elaborado ainda em 2007. Um assunto que interessa à direção do Senge-MA, que “está tentando abrir espaço para negociar esse plano aos engenheiros estatutários”, garantiu Ribeiro. Para os sindicalistas, a assembleia foi uma chance de abrir o diálogo com o Governo. Também estavam presentes Wennder Robert, presidente do Sintaema (Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Maranhão), e Cleinaldo Lopes, presidente do Sintsep (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Maranhão).

TO

Aprovadas mudanças no Estatuto dos Servidores

A votação do projeto de lei na Assembleia Legislativa de Tocantins para alterar o Estatuto dos Servidores Públicos foi acompanhada por João Alberto Rodrigues Aragão, presidente do Seageto, no dia 22 de agosto. Segundo ele, a proposta atendeu a 70% das reivindicações dos funcionários. “Houve avanços, muitas negociações no Estatuto, mas ainda falta negociar a revisão do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários). Portanto, o trabalho continua até conseguirmos adequar o PCCS ao pleito dos servidores”, assegurou o sindicalista. Destacam-se, entre os benefícios conquistados: a regulamentação por lei federal complementar da avaliação periódica de desempenho; direito à data-base; remuneração em caso de chefia, independentemente do tempo de duração nesse cargo; ampliação do prazo de licença por interesse particular de dois para três anos; licença remunerada para mandato classista; garantia de não ser removido ou redistribuído durante o mandato; concessão de dez dias remunerados para finalizar trabalho de graduação; contagem de tempo de serviço na participação em competição desportiva nacional ou internacional ou convocação para integrar

representação cultural artística no País ou no exterior; impedimento do titular das unidades de corregedoria administrativa de atuar como presidente ou membro de sindicância ou de processo administrativo processual; licença remunerada por motivo de doença de familiar até 12 meses.

Justiça absolve sindicalista e condena Crea

O engenheiro Luiz Fernando Machado, ex-presidente do Seageto, entrou com ação na Justiça Federal em 2005 para provar sua inocência no processo administrativo movido contra ele pelo então presidente do Crea-TO (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Estado do Tocantins), Valdivino Dias da Silva, juntamente com Osmar Pinheiro. Na ocasião, ele foi destituído do cargo de conselheiro regional sob a alegação de ter faltado às reuniões das câmaras e comissões do conselho sem justificar e foi considerado inelegível por cinco anos. Baseada nessa acusação, a Comissão Eleitoral impediu sua candidatura à Presidência do Crea naquele ano. No dia 6 de julho de 2007, a Justiça julgou procedentes as alegações e considerações de Machado, baseando-se no depoimento da engenheira Maria José Balbaki Feti. Assim, o juiz federal Ademar Aires Pimenta da Silva determinou que o Conselho Regional anule o processo administrativo contra ele. Inocentado, desabafou: “Sempre estive comprometido com a defesa dos interesses da categoria e, como conselheiro, jamais me privei desse compromisso. Conseguiram me impedir de participar do processo eleitoral com acusações infundadas e mentirosas, mas agora a verdade veio à tona e todos os profissionais terão oportunidade de conhecê-la.”

AL

Assinado acordo com a Comarhp

Os engenheiros, arquitetos, agrônomos e tecnólogos têm o acordo coletivo de trabalho firmado com a Comarhp (Companhia Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio) desde o dia 20 de agosto. Isso lhes garantiu reajuste salarial de 5%, acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) da época, que era de 3,69%, bem como a fixação da data-base no dia 1º de maio, segundo José Ailton Ferreira Pacheco, presidente do Senge-AL. Na sua opinião, isso ocorreu devido ao processo de negociação junto aos diretores da companhia, através do seu presidente, o advogado Sérgio Magalhães, “que tem a clareza do entendimento que a engenharia foi, é e sempre será um esteio significativo para qualquer administração”. Pacheco salientou também que, com esse acordo, todos os profissionais sindicalizados estão com seus salários-base atendendo os preceitos da Lei 4.950-A/66.

SC

Desenvolvimento sustentável

Esse é o objetivo principal do Conselho Tecnológico Regional que deve ser montado em Santa Catarina. Segundo o presidente do Senge-SC, José Carlos Rauen, a iniciativa, que reunirá entidades da engenharia, instituições públicas e empresariais para a realização de debates em conjunto, é uma maneira de procurar soluções capazes de promover o desenvolvimento sustentável das cidades, levando-se em conta a infra-estrutura básica e o respeito às normas ambientais. “A idéia, que é uma proposta nacional dos engenheiros, é agregar nossa experiência e capacitação profissional às contribuições dos empresários, representados pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil e a Federação das Indústrias, ambos de Santa Catarina, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis e outras entidades, sendo fundamental para promover o debate em torno do crescimento das cidades”, afirma. Um dos pontos importantes é a implantação de novos planos diretores nos municípios que devem cumprir essa determinação legal ainda em 2007. Rauen acredita que, ao instituir esses conselhos, o Senge dará grande contribuição para “que se forme uma consciência geral dos empresários e dos agentes públicos em torno da idéia do desenvolvimento sustentável”.

ENTREVISTA

A história do Grupo Orsa começa em 1981 com uma pequena fábrica de cartonagem, criada por Sérgio Amoroso e outros três sócios. Hoje, trata-se de uma das principais organizações brasileiras no setor de celulose, papel e embalagens, formada por três companhias mais a Fundação Orsa. Essa recebe 1% do faturamento do grupo, que em 2006 atingiu R\$ 1,4 bilhão, para investimentos na área social. Típico self made man e disposto a assumir os riscos inerentes ao capitalismo, Amoroso lançou-se, em 2000, na sua mais nova aventura: assumiu o projeto Jari e sua dívida de US\$ 415 milhões, disposto a ganhar dinheiro com sustentabilidade ambiental e social. Sobre essa trajetória e os planos para o futuro, o empresário falou em entrevista ao Engenheiro.

Como foi o início da sua carreira e a trajetória até o sucesso empresarial?

No começo, houve intempéries. O primeiro golpe foi ainda muito jovem, lá no interior (de São Paulo), em Birigüi. Eu queria estudar engenharia e quando entrei na MapoFei USP, meu pai faliu e eu tive que desistir desse sonho. Então, fui para São Paulo com o objetivo de estudar e trabalhar. Não deu nada certo, porque o dinheiro acabou antes de conseguir emprego. Nesse período, fiquei alguns dias sem comer. Claro que não precisaria ter passado por isso, era só voltar para o interior, mas isso seria admitir a derrota. No fim, foi uma experiência muito rica.

Depois dessa fase inicial mais difícil, consegui um emprego e depois de anos a empresa de embalagens estava falindo. O Grupo Orsa começou em 1981 com quatro sócios que eram funcionários dessa companhia. Montamos um pequeno negócio de cartonagem, numa área total de 350m²; o escritório tinha duas mesas. Nessa época, eu fiz um planejamento esperando ter um certo patrimônio até o final da vida. Nove anos mais tarde, aos 36, eu me vi com um negócio três vezes maior que isso. Fiquei um pouco perdido e me deparei com questionamentos existenciais. Após dois anos de reflexão, cheguei à conclusão que deveríamos fazer algo mais. Assim, em 1994 nasceu a Fundação Orsa.

E a fundação funciona como uma das empresas do grupo, não?

Não surgiu assim, e sim como algo à parte, mas descobrimos que era preciso administrar a fundação com a visão de negócios. Um exemplo é o esforço para fixar a população no campo. Os projetos de assentamento, muitas vezes, não dão certo porque não se cria a sustentabilidade. Hoje temos mais de 10 mil ha de plantio de pinus na região Sul, divisa com São Paulo, em 400 pequenas propriedades. Estamos implantando algo parecido no Jari. Lá, é mais complexo porque tem a questão da posse da terra que é nossa – nessa parceria, concedemos o direito de uso aos produtores. Havíamos começado no Jari muito focados no social, educação, saúde, família etc., e chegamos à conclusão que estávamos enxugando gelo. Não adianta preparar um jovem e não lhe dar emprego. É preciso criar oportunidades de negócios que possam absorvê-lo, garantir-lhe renda. Também começamos a olhar para as mulheres, que atuam em dois projetos: jóias da floresta e fábricas de uniforme. O nosso público-alvo soma 130 mil habitantes em quatro cidades que estão nas nossas terras. Há 98 comunidades dentro da floresta, com 14 mil pessoas. Claro que não atingimos todo mundo, até porque não há recursos, embora contemos com 1% de todo o nosso faturamento para a fundação.

Essa destinação de recursos próprios para as iniciativas sociais é comum nas empresas brasileiras?

As empresas ainda fazem muito marketing, mas é um processo. Começam com essa visão, utilizam a Lei Rouanet, por exemplo, e, portanto, não estão usando recursos próprios, mas dinheiro público. Mas é importante fazer, a empresa percebe ao longo do tempo que é bom, que traz resultados, aí incorpora. Tem que ser benevolente com quem começa a fazer só por marketing. Um dia, vamos perceber que desse modo não estamos resolvendo absolutamente nada, estamos fingindo. Quando formarmos essa consciência, que é melhor fazer as coisas de forma verdadeira, vamos também começar a firmar parcerias. A minha orientação na fundação é para fazer parceria com todo mundo. Se a pessoa quiser toda a visibilidade para ela, não tem problema, desde que o projeto atinja os objetivos. O nosso negócio é encontrar solução de fato. Se fosse fazer marketing, eu pegaria um terço do orçamento da fundação e aplicaria nessa área.

Por que a decisão de investir no Jari?

Analisando apenas o risco do negócio, vimos que era possível recuperar o empreendimento. Mas, para além disso, o Jari é o grande laboratório da Amazônia porque tem uma infraestrutura pronta com uma fábrica de celulose e uma infinidade de problemas. O Jari dá a chance de se desenvolver o trabalho de equilíbrio entre o meio ambiente, o negócio e as pessoas, isso dentro da Floresta Amazônica. Até 2010, décimo ano do contrato, teremos atingido o nível de sobrevivência na fábrica. Não dará ainda para pagar a dívida, teremos que colocar dinheiro do bolso, mas vai valer a pena continuar. Em 2012, estará tudo resolvido. No que diz respeito às outras questões, imaginamos que em 2015 muita coisa estará desenvolvida para ser ampliada a partir daí. É preciso entender que, para resolver a questão amazônica, não basta dinheiro, é necessário trabalhar com as pessoas, convencê-las que temos que manter a floresta em pé e que todo mundo vai ganhar dinheiro com isso. Porém, nada será possível com esse modelo de concentração que existe no mundo. Tem que mudar, é preciso abrir um pouco as mãos e sobrar para os outros. Nos últimos 30 anos, aumentou a riqueza, mas também o gap entre pobres e ricos. Necessita-se de uma real transformação das pessoas. Isso começa por quem tem condições de dar rumo, que é a elite, e não só a econômica.

C&T

Pesquisadores do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) estão desenvolvendo um trabalho conjunto que transformará, por meio de um reator a plasma, resíduos urbanos, sólidos ou líquidos, em energia elétrica. O projeto foi dividido em duas fases. A primeira, já concluída, concentrou-se no conceito do próprio reator. Foi desenvolvida uma primeira unidade-piloto, ainda em escala de laboratório, utilizando um equipamento já existente no IPT, o qual possibilitou observar a produção e a qualidade do gás obtida no reator. A segunda, em andamento, consiste na construção de uma versão otimizada da máquina e na aquisição de uma turbina a gás.

O plasma é um gás ionizado, reativo, com alta temperatura que, ao entrar em contato com o lixo, faz a sua decomposição e o transforma em líquido ou gás. Segundo Choyu Otani, pesquisador do Laboratório de Plasmas e Processos do ITA, “a energia elétrica será gerada a partir do poder calorífico de alguns resíduos presentes no lixo urbano”. A transformação acontece através de um ciclo combinado que utiliza duas turbinas, uma a gás e outra a vapor, ensina Antonio Carlos da Cruz, pesquisador do Grupo de Plasma do IPT. “A conversão é feita a partir da oxidação parcial do lixo dentro do reator que, ao entrar em contato com a tocha do plasma (em altíssima temperatura), produz um gás combustível (essa queima vai gerar energia), chamado de síntese. Esse, rico em monóxido de carbono (CO) e hidrogênio (H₂), vai para a turbina a gás, que faz melhor aproveitamento do calor, gerando mais energia. Em

seguida, utiliza-se a outra turbina, onde os gases quentes se aquecem na água e produzem vapor.”

Segundo ele, a energia gerada será suficiente para manter todo o processo em funcionamento. Além disso, há a possibilidade de gerar excedentes de energia, cuja quantidade ainda é desconhecida, que poderiam ser destinados a outros fins.

Preservação ambiental

A nova tecnologia, afirmam os pesquisadores, leva grande vantagem sobre a incineração, um sistema que utiliza temperatura de 800° C e que não queima todos os resíduos porque depende do poder calorífico do próprio lixo, além de gerar cinzas – material altamente poluente. O reator a plasma, por sua vez, faz a gaseificação desse resíduo com temperaturas entre 5 e 10 mil° C e não gera cinzas. Como explica Cruz, a alta temperatura da tocha do plasma permite que todo o resíduo sólido alimentado no reator seja “inertizado”, inibindo, assim, a formação de poluentes. “O que não se transforma em gás, aqueles metais que não volatilizam, ficam incorporados à massa fundida. O processo é interessante tanto do ponto de vista da geração de energia, como de não-produção de tóxicos. Esse é um ponto básico de alta relevância em termos de meio ambiente”, conclui.

Segundo Otani, ao retirar a massa fundida do reator, ela passa por um processo de drenagem e resfriamento adequados, resultando num material que poderá ser utilizado na pavimentação de ruas ou na produção de cerâmicas. “O resultado vai depender do lixo que se processar. Se for bastante ferro, vai sair ferro como produto principal, se tiver bastante argila, barro, vai sair bastante cerâmica.” Quanto à seleção do lixo, Cruz informa que o sistema deve operar integrado à unidade de coleta e triagem do resíduo, no sentido de promover seu reaproveitamento. “Na verdade, os materiais que interessam na conversão a plasma são aqueles que chegaram ao limite de reciclabilidade.”

Os dois pesquisadores acreditam que o reator poderá, no futuro, depois de consolidada a tecnologia, ser uma das soluções para minimizar o volume do lixo destinado aos aterros, já escassos no Brasil. “No Japão, por exemplo, a falta de espaço é tanta que até as cinzas constituem um problema. A solução foi aplicar a técnica do plasma fazendo, assim, a inertização dessas cinzas”, menciona Cruz. Para Otani, o ideal seria desenvolver uma gestão bem elaborada, calibrada para ver o que é reutilizável e o que não é. “Àquele resíduo que atrapalha a vida de todo mundo, com certeza, o plasma seria uma das melhores soluções, porque diminui o volume e ainda pode gerar energia.”

Previsão

A estrutura física do reator está sendo feita no IPT e deve ficar pronta ainda em 2007, mas o projeto completo levará dois anos para ser concluído. A quantidade de lixo a ser processado dependerá do tamanho do equipamento – na fase piloto, os pesquisadores estimam que os resíduos cheguem a até 100 quilos/hora.

Apoiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), por meio do Pipe (Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas), e pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), o projeto recebeu R\$ 400 mil da primeira e R\$ 3,2 milhões da segunda instituição, que também está interessada na pesquisa sobre tratamento de resíduos da indústria do petróleo. Para executá-lo “de forma mais confortável”, no entanto, Cruz calcula que seriam necessários R\$ 10 milhões. A Multivácuo, pequena empresa de base tecnológica, pretende comercializar a tecnologia.